

Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil

Adriana Piscitelli¹

Resumo: Neste texto exploro a circulação e a tradução de teorias pós-coloniais em parte da produção feminista no Brasil. Tomando como referência textos da antropologia feminista e, particularmente, estudos sobre os mercados do sexo publicados em dois importantes periódicos acadêmicos feministas brasileiros, a revista *Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*, considero como essas publicações participaram na difusão das críticas feministas pós-coloniais e como a produção realizada no Brasil incorporou e traduziu críticas pós-coloniais.

Palavras-chave: teorias pós-coloniais; feminismos brasileiros; antropologia feminista; mercados do sexo.

Crossing borders: post-colonial theories and anthropological readings on feminisms, gender, and sex markets in Brazil

Abstract: In this paper I explore the circulation and translation of post-colonial theories in good part of feminist academic production in Brazil. Dealing with texts of feminist anthropology, particularly studies about sex markets published in two important feminist Brazilian journals, *Revista Estudos Feministas* and *cadernos pagu*, I consider how these publications took part in the diffusion of

1 Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas – Brasil – pisci@uol.com.br

post-colonial feminist critique and how the production created in Brazil incorporated and translated post-colonial critiques.

Keywords: post-colonial theories; Brazilian feminisms; feminist anthropology; sex markets.

Introdução

Neste texto exploro a circulação e a tradução de teorias pós-coloniais em parte da produção feminista no Brasil. Realizo alguns comentários sobre esse processo tomando como referência textos publicados em dois periódicos acadêmicos brasileiros, a revista *Estudos Feministas* e os *Cadernos Pagu*, desde o lançamento até 2012. Detenho-me particularmente em trabalhos antropológicos e em estudos sobre os mercados do sexo².

Os estudos sobre teorias pós-coloniais destacam suas contribuições para a análise cultural chamando a atenção para dois aspectos. Em primeiro lugar, ressaltam o desafio que essas teorias colocam para as formas estabelecidas de análise cultural, pois, ao privilegiarem modelos e conteúdos da cultura nacional em países europeus, reproduzem a lógica da relação colonial (Costa, 2006). Em segundo lugar, esses estudos destacam a contribuição das perspectivas pós-coloniais para socavar a concepção tradicional de fronteiras disciplinares, iluminando as interconexões entre produção cultural e aspectos vinculados à raça, à nação e ao império (Moore-Gilbert, 1997)³.

As críticas feministas objetaram alguns aspectos das formulações dos teóricos pós-coloniais⁴. Se, como afirma Adelman (2007), teorias pós-coloniais e feministas elaboram um novo olhar sobre as sociedades modernas e sobre os discursos “clássicos” que elas produziram e compartilham a proposta de trabalhar a partir de uma epistemologia da alteridade, as questões de gênero

2 Agradeço os comentários de Albertina Costa e a leitura atenta e as sugestões de Mariza Corrêa, Iara Beleli e Ana Fonseca.

3 A ideia é que, ao insistir na importância de analisar os discursos coloniais estudando literatura conjuntamente com história, política, sociologia e outras formas artísticas, essas teorias desafiam fronteiras disciplinares. Elas são percebidas, também, como rejeitando a noção de autonomia da esfera estética e interrompendo fronteiras fixas entre texto e contexto, mostrando as continuidades entre as representações das pessoas sujeitadas e as práticas materiais do poder neocolonial. Finalmente, essas teorias teriam contribuído para problematizar as distinções entre cultura “elevada” e popular e entre literatura e narrativas orais (Moore-Gilbert, 1997).

4 Além disso, as críticas discutiram a noção de pós-colonial, rejeitando linhas que, ao operar com pressupostos homogeneizantes, achatam a multiplicidade de experiências e diferenças históricas nas relações de poder entre países e regiões do mundo (MacKlinton, 1992).

não tiveram uma inserção fácil nas abordagens pós-coloniais. As autoras feministas questionaram o segundo plano no qual foram colocadas as mulheres e a dimensão de gênero nessas abordagens. Ao mesmo tempo, a incorporação de aspectos dessas teorias teve importantes efeitos nas elaborações do pensamento feminista.

No marco dos feminismos pós-coloniais, as críticas à produção do conhecimento se voltaram também para o feminismo “ocidental”, rejeitando formulações produzidas no marco de interesses articulados em países do Norte. Um dos principais questionamentos foi a produção da categoria “mulher do terceiro mundo”, que delinea uma imagem de mulher estável, padronizada, com escassa educação, limitada pelas tradições, voltada para a domesticidade e para a família e vitimizada. As críticas feministas pós-coloniais problematizaram a essencialização das culturas que permeia a produção dessa imagem (Adelman, 2007) e o modelo de poder que a sustenta: a percepção de uma opressão feminina homogênea. A proposta dessas abordagens é desestabilizar esse modelo mediante uma análise que leve seriamente em conta a agência/*agency* e o pensamento crítico e diversificado das mulheres e das organizações mediante as quais elas enfrentam as opressões que as afetam em diferentes partes do mundo (Mohanty, 1991). Esses questionamentos foram altamente produtivos questionando a tendência universalizante e colonialista da crítica feminista que reproduz os axiomas do imperialismo, em narrativas marcadas pelo “individualismo feminista” (Spivak, 1985; Chambers e Watkins, 2012).

As formulações dos feminismos pós-coloniais foram posteriormente problematizadas por terem sido, também elas, homogeneizantes, no sentido de apagar as diferenças existentes nos feminismos “ocidentais”. Apesar dessa fragilidade, essas abordagens ofereceram férteis contribuições para a teoria social, mediante o trabalho com as articulações entre gênero, sexualidade, raça, etnicidade e estratificações baseadas na nacionalidade e uma leitura nuançada das operações das relações de poder, levando em conta dimensões macro e micropolíticas e seus efeitos nas subjetividades (Mufti e Shohat, 1997).

Considerando esses aspectos, pode parecer contraditório que proponha analisar a circulação de teorias pós-coloniais na produção feminista no Brasil privilegiando trabalhos antropológicos, o que remete a um recorte disciplinar. Minha escolha leva em conta dois aspectos. Em primeiro lugar, considero a relevância para a antropologia brasileira de autores considerados importantes representantes das teorias pós-coloniais (Edward Said, Homi Bhabha), e outros associados aos estudos culturais (Stuart Hall e Paul Gilroy), cujo programa teórico político converge com o dos estudos pós-coloniais.

Em segundo lugar, minha opção se deve à importância da antropologia na constituição dos estudos feministas no Brasil, particularmente na área de sexualidade, no marco da qual se realizam pesquisas sobre mercados do sexo. Finalmente, minha escolha de explorar a circulação de teorias pós-coloniais em periódicos que disseminam produção feminista está relacionada com a relevância concedida às publicações periódicas na organização de campos de conhecimento. Essa importância está vinculada ao papel central das revistas científicas como articuladoras de diferentes propostas e perspectivas teóricas, à sua importância em termos de visibilização dos campos e, também, de outorgar acesso a eles (Vessuri, 1987; Velho, 2001; Lopes y Piscitelli, 2004).

Os periódicos escolhidos, revista *Estudos Feministas* e *cadernos pagu*, criados no início da década de 1990, não são os únicos no campo dos estudos feministas e de gênero no Brasil. Há outras importantes revistas em circulação, como *Gênero*, *Labrys*, *Mandrágora*, *Bagoas* e a *Revista Feminismos*. Além disso, outros periódicos acadêmicos tem crescentemente publicado artigos e dossiês que contemplam a produção desse campo. Entretanto, os periódicos analisados, por sua antiguidade e sua relevância, oferecem um espaço privilegiado para refletir sobre a circulação e a tradução de teorias nessa área no país.

Tomando como referência essas revistas, o meu principal argumento é que as teorias pós-coloniais mostram certo impacto na produção antropológica feminista e sobre gênero realizada no Brasil. Essas marcas são visíveis sobretudo na leitura crítica das definições de cultura nacional, com raízes coloniais, formuladas no e sobre o Brasil. A influência dessas teorias também é perceptível na análise dos efeitos dos processos de transnacionalização, envolvendo deslocamentos através das fronteiras, nas identificações marcadas por gênero, raça, classe, sexualidade e nacionalidade. Entretanto, numa produção que cita profusamente autores/as brasileiros/as, parte significativa dessa influência é perceptível mediante a mediação de autores/as brasileiros/as que trabalham diretamente com referenciais teóricos pós-coloniais.

Este artigo está dividido em quatro seções. Na primeira, faço alguns comentários sobre a antropologia em diálogo com o feminismo no Brasil e sobre sua presença nos periódicos contemplados. Na segunda e na terceira partes situo as teorias pós-coloniais nessa produção e nas análises sobre os mercados do sexo. Concluindo, reflito sobre alguns aspectos relacionados com a circulação e a tradução de críticas pós-coloniais nas revistas, com mediações nessa circulação e com aspectos dessas traduções.

Feminismos e antropologia no Brasil

O Brasil é considerado um dos primeiros países na América Latina em que se consolidam os estudos feministas. A ideia é que essa produção, com trabalhos pioneiros na década de 1970, adquiriu legitimidade no meio acadêmico brasileiro de maneira relativamente rápida (Corrêa, 1984; Goldberg, 1989). Na década de 1980 se disseminaram os centros universitários de pesquisa sobre mulher e gênero (Costa e Bruschini, 1992), a temática da mulher foi incluída em prestigiosos congressos e encontros de ciências sociais e aumentou o número de pesquisas, dissertações e teses com orientação feminista (Heilborn, 1992; Heilborn e Sorj, 1999). As décadas de 1990 e de 2000 foram palco da consolidação do campo de estudos. No final daqueles anos e na década de 2010 ele foi alargando-se, incorporando a análise de dinâmicas sociais e de noções que envolvem, para além de homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais, relações envolvendo outras categorias de sujeitos que desafiam as normas de gênero, como travestis, transgêneros e intersex.

A aceitação inicial dos estudos feministas no âmbito acadêmico é atribuída a características particulares das relações entre movimento feminista e academia no Brasil. De acordo com diversas autoras, no país o movimento feminista não esteve marcado pela inspiração radical presente nos ativismos feministas nos Estados Unidos e em alguns países europeus. De acordo com algumas autoras, o contexto no qual se desenvolveu o feminismo brasileiro a partir da década de 1970, marcado pelo peso da ditadura militar (Moraes, 1996; Sarti, 2001), teve relação com uma orientação articulada às esquerdas e relativamente moderada em termos da confrontação entre os sexos. Na metade daquela década, quando o movimento de mulheres adquiria visibilidade no Brasil, muitas ativistas já trabalhavam no âmbito acadêmico, num processo que se intensificou na década seguinte (Corrêa, 1984; Heilborn e Sorj, 1999).

As agências de financiamento internacional contribuíram nesse processo de legitimação, especialmente a Fundação Ford e a Fundação MacArthur, que, mediante concursos realizados pela Fundação Carlos Chagas, apoiaram diversos programas de pesquisas sobre mulher e sobre gênero, entre finais da década de 1970 e início dos anos 2000. Na primeira metade da década de 2000 a Fundação Ford apoiou a criação de uma sede do Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos no Rio de Janeiro, que, através de uma série de seminários e publicações, continuou alimentando essa área de estudos a partir da articulação

entre gênero e sexualidade. Paralelamente, as diversas agências de financiamento acadêmico brasileiras apoiaram pesquisas na área⁵.

No momento não há um acordo sobre o grau de impacto dos estudos feministas nas ciências sociais brasileiras (Gregori, 1999; Heilborn e Sorj, 1999; Piscitelli, 2004). Entretanto, desde inícios da década de 1990, o surgimento de programas de pós-graduação em estudos de gênero e feminismos e, na década de 2010, de graduação sobre gênero e diversidade (raça/etnia, idade/geração e orientação sexual), a profusão e a regularidade de congressos e seminários centrados nesses estudos e a criação de novos periódicos acadêmicos são expressão da consolidação e da expansão do campo. As revistas que considero aqui, criadas nesse contexto, incluídas em indexadores internacionais, integram o Scielo, biblioteca eletrônica *on-line*, e suas avaliações as situam em níveis equivalentes às das melhores publicações brasileiras.

A discussão feminista é eminentemente interdisciplinar. Entretanto, algumas disciplinas se destacaram em certos momentos. No Brasil, os trabalhos pioneiros foram escritos na década de 1970, sobretudo no âmbito da sociologia (Goldberg, 1989). A antropologia adquiriu destaque na década seguinte. Alguns dos principais temas abordados no âmbito dessa disciplina foram: organização do feminismo no país (Pontes, 1986; Grossi, 1988); relações familiares, incluindo aspectos vinculados a violência contra as mulheres (Corrêa 1981, 1982, Grossi, 1988, Gregori, 1993); relações de trabalho (Stolcke, 1982; reprodução social de elites (Piscitelli, 1989); domesticidade (Silva, 1989); relações entre patroas e empregadas domésticas (Kofes, 1984); sexualidade entre adultos e jovens heterossexuais (Heilborn, 1984); homossexualidades (Fry, 1982; MacRae, 1986); aborto (Di Giovanni, 1983); prostituição feminina (Mazzariol, 1976; Bacelar, 1982; Gaspar, 1985) e masculina (Perlongher, 1987).

A popularidade da antropologia nessa área tem sido explicada considerando que historicamente a disciplina se preocupou com temas importantes para as discussões feministas, como família, papéis sexuais, divisão do trabalho e organização do cotidiano (Heilborn e Sorj, 1999). Ao mesmo tempo, nem toda essa produção é considerada feminista: os balanços da produção da antropologia feminista da década de 1980 traçam uma linha divisória entre os trabalhos que analisam uma ou outra dessas temáticas discutindo problemas relevantes para a antropologia e considerando exclusivamente bibliografia antropológica e os que dialogam com as inquietações e a produção feminista (Heilborn, 1992). Que lugar tem essa produção nos periódicos feministas aqui contemplados?

5 Vale destacar a criação na década de 2010 de uma linha específica de apoio a projetos na área pelo CNPq em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Antropologia nas revistas

A revista *Estudos Feministas* e os *cadernos pagu* foram criados, respectivamente, em 1992 e 1993 e publicados praticamente sem interrupções. A proposta original da revista *Estudos Feministas* foi servir como canal de expressão dos movimentos sociais e de mulheres e difundir conhecimento de ponta na área de estudos feministas. Com sede e editores rotativos, a revista incluía um dossiê voltado para o ativismo enquanto o resto da publicação tinha um perfil mais acadêmico (Maluf, 2004; Diniz e Foltran, 2004). Os *cadernos pagu*, vinculados a um centro de pesquisa universitário, foram criados por um coletivo acadêmico com o objetivo de contribuir na consolidação do campo de estudos de gênero. As seções de debate e dossiês dessa revista tiveram desde o início um caráter acadêmico. Por razões operacionais, a partir de 1999 a revista *Estudos Feministas* vinculou-se a uma universidade e alterou algumas de suas características iniciais, embora ao longo do tempo tenha mantido a proposta de dar voz aos movimentos de mulheres. Nas duas revistas, significativa parte das autoras provém das ciências humanas. Embora as diferenças e semelhanças entre essas publicações sejam sugestivas e, como observa Costa (2008), suscitem questões que merecem ser pesquisadas, neste texto analisarei conjuntamente a produção por elas veiculada.

Para pensar como os textos elaborados numa perspectiva antropológica publicados nessas revistas dialogam com as teorias pós-coloniais considero os temas abordados e os referenciais teóricos utilizados. Uma leitura dos artigos escritos no Brasil mostra que se trata de majoritariamente de trabalhos de autoria feminina. Os trabalhos escritos por homens, inicialmente muito reduzidos, aumentam significativamente a partir da metade da década de 2000, o que conduz a refletir sobre a legitimidade e o prestígio crescentes do campo. E se parte desses textos tratam de masculinidades, relações entre gênero e sexualidade e homossexualidades masculinas, o leque de temáticas contempladas pelos autores é muito mais ampla, incluindo migrações, raça e saúde, esportes, literatura e inclusive trajetórias de feministas.

Parte significativa do conjunto dos textos antropológicos está vinculada a contextos urbanos, mas ao longo da década de 2000 aumentam os trabalhos voltados para âmbitos rurais e florestas, alimentados pelo interesse em mulheres indígenas, camponesas e no ecofeminismo. A produção cultural é objeto de análise em parte importante de textos que analisam a obra de pensadoras feministas e pensadores sociais, literatura, incluindo dramaturgia e poesia, e material produzido pela mídia: rádio, mídia impressa (periódicos e revistas), fotografia, televisão, cinema e o ciberespaço.

Entre os temas tratados pelos textos antropológicos nas revistas destacam-se questões vinculadas às práticas e formulações teóricas feministas, particularmente na revista *Estudos Feministas*, e à sexualidade, nos *cadernos pagu*. Os artigos sobre feminismos são diversificados. Eles tratam do desenvolvimento histórico do pensamento feminista, particularmente no Brasil, discutem influências teóricas do pensamento feminista internacional, revisitam formulações antropológicas à luz de teorias feministas e discutem a composição do campo de estudos feministas e de gênero no Brasil, considerando a relevância de publicações feministas na constituição desse campo.

No que se refere à sexualidade, a criação das revistas coincide com um momento de expansão dessa área temática, que se ampliou significativamente no Brasil sob o impacto dos estudos de gênero vinculados ao feminismo e ao movimento de liberação homossexual (Heilborn e Barbosa, 2003). A esses aspectos deve somar-se o apoio de agências internacionais a esse tema. E na década de 2000, segundo Miskolci e Simões (2007), a visão da sexualidade como temática privilegiada para a compreensão de configurações e processos sociais, culturais e políticos mais amplos, presente na produção brasileira já em finais da década de 1970, alcança um novo patamar, no diálogo com diversas perspectivas teóricas, entre elas abordagens *queer*.

Durante a década de 1990, nas revistas foram publicados dossiês e artigos sobre mulheres e direitos reprodutivos, incluindo suas conexões com a Aids. Nesse contexto, marcado pelos debates internacionais sobre o controle da população e as lutas do movimento de mulheres pela legalização do aborto e pela escolha de métodos anticoncepcionais, diversas antropólogas publicaram textos sobre aborto e novas tecnologias reprodutivas. Nesse marco tiveram destaque os trabalhos sobre masculinidade.

Iluminados a partir de novas discussões, esses temas continuam sendo tratados durante os anos 2000. Entretanto, a partir dos primeiros anos dessa década as questões sobre sexualidade se ampliam, incluindo reflexões que apenas se esboçavam na década de 1990. Conjuntamente com a emergência de textos dedicados a homossexualidades e a relações vivenciadas por travestis, transgêneros e pessoas intersex, emergem discussões sobre erotismo, sadomasoquismo, fetichismo, *swing*, mercados do sexo e relações entre violência e sexualidade.

As demais áreas de concentração dos textos antropológicos são diversificadas. O parentesco é revisitado em novas leituras. As discussões feministas inspiraram a análise de vários aspectos do parentesco em sociedades “complexas”, incluindo homoparentalidades, abandono, adoção e “apropriação” de crianças durante períodos de ditadura, em contextos nacionais e transnacionais, e

análises da mediação das tecnologias na sustentação dos laços familiares. Nas áreas consideradas pelas antropólogas se destacam também o curso da vida (velhice, juventude, infância), violência de gênero, participação das mulheres na esfera política, religião, moda, análise de aspectos vinculados à formação da nação e a nacionalidade e migrações internas e internacionais. As relações de trabalho são revisitadas, particularmente durante a década de 2000, e às vezes constituem o marco para a análise de outros temas, como a memória.

As linhas teóricas seguidas nos textos, visíveis nas citações e nas maneiras de abordar os problemas de investigação, possibilitam perceber certas especificidades da antropologia em diálogo com o feminismo. Como em outros países “não centrais”, a antropologia produzida no Brasil se alimenta de diferentes tradições. A antropologia francesa, a inglesa e a produzida nos Estados Unidos e, de maneira crescente, em Portugal, Espanha e em países de América Latina alimentam a maior parte das análises⁶. A partir da segunda metade da década de 2000 aumenta significativamente o número de autoras/es latino-americanos e espanhóis que publicam nas revistas. E as citações permitem perceber a crescente influência intelectual em linhas Sul-Sul, nas quais a produção brasileira está sendo incorporada em citações de autoras latino-americanas e vice-versa⁷. Ao mesmo tempo, alguns textos dialogam com essas diversas tradições, de maneira praticamente exclusiva a partir do diálogo com autores/as brasileiros/as.

O conjunto dos artigos mostra um diálogo eclético com autores clássicos de diversas tradições antropológicas e com abordagens mais recentes. No conjunto das discussões, as referências a feministas que trabalham no exterior são diversificadas, mas mostram a significativa presença de autoras que trabalham em países anglo-saxões, com certa incidência de pós-estruturalistas, e de autoras cujo trabalho acadêmico é realizado na França. Paralelamente, em vários textos se utiliza predominantemente literatura antropológica e feminista produzida no Brasil.

Os textos que não manifestam vinculações com inquietações ou propostas analíticas feministas e/ou, a partir da metade da década de 2000, com questões políticas que permeiam os estudos feministas, sobre homossexualidades e/ou *queer* são poucos. Refiro-me a trabalhos antropológicos que apresentam

6 Isto é perceptível considerando os/as autores/as frequentemente citados, como Marcel Mauss, Claude Lévi-Strauss, Louis Dumont, Pierre Bourdieu, Françoise Héritier, Mary Douglas, Joana Overing, Marilyn Strathern, Margaret Mead, Marshall Sahlins, Clifford Geertz, David Schneider, Janet Carsten, Louis Wacquant, Thomas Csordas e Vincent Crapanzano, Verena Stolcke, João Pina Cabral, Miguel Vale de Almeida.

7 Claudia Fonseca, Mara Viveiros e Elizabeth Jelin integram o leque dessas citações.

análises relacionais de interações sociais e/ou entre noções de feminilidade e masculinidade desvinculadas de análises de poder, exemplos das temidas apropriações do “gênero” em leituras não feministas. Que relação mantém essa produção com as teorias pós-coloniais?

Crítica feminista, teorias pós-coloniais e antropologia

Ella Shohat afirma que as ideias viajam, permanentemente e em múltiplas direções. A autora observa que é interessante considerar por que certas ideias de outro lugar são recebidas num determinado contexto e outras não. A recepção de uma ideia, de um discurso diz muito sobre o processo de tradução como um espaço disputado, negociado (Shohat, 2001). Esse é um ponto importante para pensar no processo de circulação das teorias pós-coloniais nas revistas e em quais elementos foram incorporados.

A partir do final da década de 1990 as revistas difundem, mediante traduções e entrevistas, formulações de autoras que são incluídas nas listas de feministas pós-coloniais e também, às vezes, de feministas transnacionais. Entre 1999 e 2006 foram publicadas entrevistas com Mary Louise Pratt e Ella Shohat⁸, textos dessa última autora, de Gayatri Spivak, Anne McLintock, Kamala Kempadoo e Avtar Brah, e um no qual participaram Inderparl Grewal e Caren Kaplan. A partir da metade da década de 2000 são traduzidos textos de outras feministas que trabalham com referenciais pós-coloniais, como Mary Hawkesworth, Carole Boyce Davies e Lila Abu-Lughod. E também são publicados textos de autoras que trabalham fora do mundo anglo-saxão, claramente afinados com as formulações dos feminismos pós-coloniais, como a portuguesa Maria Cardeira da Silva.

Esse conjunto de trabalhos oferece às leitoras um mosaico de ideias presentes nessas linhas de pensamento. Elas incluem noções associadas a lugares de encontros entre diferenças e desigualdades, as “zonas de contato”, a partir das quais é possível elaborar um saber crítico, e “de segurança”, formuladas por Mary Louise Pratt (Costa e Diniz, 1999). Nesses textos se afirma a relevância da relacionalidade, observando que, apesar de especificidades regionais, as comunidades não podem ser pensadas de maneira isolada, pois todas as histórias e geografias estão mutuamente implicadas, não apenas no atual mundo globalizado, mas a partir do colonialismo. Esses trabalhos examinam o imperialismo e o racismo imperial, entendido como missão social, como parte crucial

8 Também foi traduzida uma entrevista com Paul Gilroy e Arjun Appadurai discutindo aspectos do pensamento de Judith Butler (Bell, 2001).

da representação cultural das sociedades imperiais sobre elas mesmas (Spivak, 2002; MacKlinton, 2003). A percepção da necessidade de analisar conjuntamente aspectos locais e globais se associa a uma ideia de interseccionalidade que vá além das relações entre gênero, raça e classe, incluindo as estratificações baseadas na nacionalidade (Maluf e Costa, 2001) e vinculadas aos efeitos dos nacionalismos (Bacchetta, Camp, Grewal, Kaplan, Moallem, Ferry, 2001).

Nesses textos, a ideia de diferença se amplia, com atenção para as relações entre diversas comunidades não brancas e entre diversos racismos em contextos específicos (Shohat, 2002). Ao mesmo tempo, a noção de diferença se torna mais complexa, vista como forma discursiva que pode estabelecer fronteiras fixas e imutáveis, mas também pode aparecer como relacional, contingente e variável, sem necessariamente ser um marcador de hierarquia e opressão (Brah, 2006). E esses trabalhos chamam a atenção para os limites do poder, explorando tensões entre limitações sociais e atuação social em maneiras que, envolvendo diversas categorias de diferenciação, desafiam posições fixas e relações lineares entre submissão e dominação (McKlinton, 2003).

Esses artigos observam a necessidade de ampliar a definição do feminismo para incluir todo tipo de luta pelos direitos das mulheres, sem deixar de prestar séria atenção às diferenças, inclusive incompatibilidades, em termo de prioridades, entre feminismos, do Norte e do Sul, dos Estados Unidos e latino-americanos (Shohat, 2002; Costa e Diniz, 1999). Nesse ponto se incluem também as leituras críticas sobre as definições feministas do tráfico de mulheres que combatem a prostituição de uma maneira percebida como linear, afinada com uma lógica burguesa e imperialista. A partir de uma crítica feminista pós-colonial, a proposta é considerar essa problemática como emergindo das interseções entre relações de poder estatais, capitalistas, patriarcais e racializadas, com os desejos e ações ativadas pelas mulheres em estratégias de sobrevivência (Kempadoo, 2005). Finalmente, uma tradução mais recente (Hemmings, 2009), particularmente interessante, realiza uma leitura crítica das histórias dominantes da segunda onda do feminismo “ocidental”. Explorando as técnicas mediante as quais as narrativas dominantes são garantidas, a autora analisa padrões de citações, recortes discursivos e alguns de seus efeitos textuais, teóricos e políticos e mostra como essas técnicas posicionam os feminismos pós-coloniais.

Nas duas revistas, porém, as críticas feministas pós-coloniais circulam antes da tradução desses textos. Elas estão presentes praticamente desde os primeiros números, em trabalhos que discutem feminismos. Na primeira metade da década de 1990, esse referencial teórico alimenta textos de autoras brasileiras que fazem os seus doutorados em universidades dos Estados Unidos (Costa, 1994;

Santos, 1995) ou trabalham no Brasil após os terem concluído (Azeredo, 1998). Esses textos mostram a inquietação suscitada nas autoras por suas posições como latino-americanas no mundo acadêmico dos Estados Unidos e suas percepções sobre o lugar que ocupam como agentes no trânsito de teorias entre lugares e narrativas no Brasil (Costa, 1998; 2003). Mais tarde, o referencial teórico pós-colonial circula também em textos de pesquisadoras estrangeiras que realizam os seus trabalhos de campo no Brasil, de autoras brasileiras que desenvolvem atividades acadêmicas nos Estados Unidos e, em alguns casos, na produção de autoras que estudaram e desenvolvem atividades acadêmicas no Brasil.

No âmbito desse debate, os textos discutem as relações entre feminismos à luz de leituras de teóricas que trabalham no mundo anglo-saxão, preocupadas em considerar o sujeito pós-colonial e em evitar que o feminismo se torne um projeto colonizador (Santos, 1995). E, considerando a circulação de teorias, esses artigos consideram a contribuição das práticas de tradução cultural para o feminismo contemporâneo (Schmidt, 2008) e traçam as trajetórias globais de teorias feministas nos trânsitos Norte/Sul, explorando como os movimentos sociais delas se apropriam seletivamente e as barreiras existentes para as circulações em sentido oposto (Thayer, 1999).

Alguns desses trabalhos estabelecem diálogos basicamente com literatura produzida nos Estados Unidos. Outros, num dos movimentos mais interessantes do uso dessas teorias, nelas se apoiam para refletir sobre tensões no pensamento feminista brasileiro, como a associada à opção pelo trabalho com as categorias mulher ou gênero. Assim, noções como as “zonas de contato” de Mary Louise Pratt, a ideia de revisão crítica do passado de Homi Bhabha e formulações de Chandra Mohanty, propondo uma crítica interna aos feminismos hegemônicos ocidentais e, paralelamente, o desenvolvimento de preocupações feministas autônomas e situadas são incorporadas para refletir sobre os caminhos a ser seguidos pelos feminismos no Brasil (Schmidt, 2004). Outros artigos utilizam as teorias feministas pós-coloniais para traçar comparações entre feminismos no Brasil, nos Estados Unidos (Azeredo, 1998), no Canadá e na Inglaterra (Caldwell, 2000).

No início da década de 2000, algumas autoras observam que há uma lacuna em termos da produção sobre a relação entre gênero e raça nos estudos feministas no país (Corrêa, 2001) e destacam o caráter ainda preliminar do debate teórico sobre as articulações entre gênero, raça e classe (Castro, 2001). Nesse momento os trabalhos sobre essas articulações começam a adquirir visibilidade nas revistas. A produção de feministas negras, existente já durante as décadas de 1970 e 1980, é publicada nos primeiros números das revistas. Na metade

da década de 1990 a elas se somam pesquisadoras e alunas de pós-graduação, negras e brancas, que trabalham com as articulações entre raça e gênero, para pensar sobre diversos aspectos da realidade social no Brasil.

São trabalhos que, sem necessariamente utilizar o referencial teórico pós-colonial, apresentam reflexões sugestivas nas linhas desse pensamento. Esse conjunto de textos explora as tensões entre feminismos e como as atualizações da violência de gênero no racismo colonial se expressam nas relações entre feminilidades e masculinidades, negritude e branquitude na sociedade atual. Os trabalhos apresentam reflexões sobre as tensões entre mulheres de diferentes grupos raciais e classes (Bairros, 1995). Eles também exploram as analogias presentes em discursos de mistura racial nos quais o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco criou as bases para o mito da democracia racial brasileira e em discursos de ascensão social de homens negros que abandonam o seu grupo racial utilizando as uniões com mulheres brancas como recurso para a mobilidade social. Ambos seriam discursos justificadores nos quais os homens aparecem como vítimas da sexualidade/atrativo das mulheres, das escravas negras no passado e, posteriormente, da promessa de gozo oferecido pela pele clara e pelo cabelo liso (Carneiro, 1995). Nesses trabalhos, precursores das teorias pós-coloniais, como Frantz Fanon, alimentam reflexões sobre o efeito do aprisionamento que a branquitude tem sobre os próprios brancos (Gomes, 2006).

Algumas feministas brasileiras que “transitam” entre Norte e Sul utilizam noções caras às teorias pós-coloniais, analisando a produção intelectual e a prática dos movimentos sociais brasileiros. Assim, a noção de transculturação é utilizada para discutir a complexidade dos feminismos no Brasil e das leituras transculturais que eles fazem, chamando a atenção para as formas mediante as quais grupos subordinados selecionam e criam a partir dos materiais que lhes foram transmitidos pelas culturas dominantes (Castro, 2001). Entretanto, algumas autoras brasileiras que residem no exterior e/ou que “transitam” entre Estados Unidos e Brasil não consideram a produção realizada no país sobre os temas que estudam. Nesse ponto, a insistência em utilizar apenas referenciais e textos produzidos em países do “centro” incide em que a lógica da relação colonial pareça ser reproduzida, um aspecto que pode parecer paradoxal quando envolve abordagens feministas pós-coloniais, pois se trata de corpos de conhecimento criados para desafiar essa mesma lógica.

Finalmente, é importante observar que ferramentas teóricas férteis no âmbito dos feminismos negros e pós-coloniais, como as noções de interseccionalidade ou categorias de articulação, aparecem, no conjunto de textos, em artigos escritos por

ativistas feministas e também por integrantes do governo (Ribeiro, 2008). Nesses casos, os textos, que não apresentam referências às autoras que os elaboraram, reiteram a “apropriação” dessas noções realizada no âmbito governamental⁹.

No âmbito mais restrito dos textos antropológicos produzidos no Brasil¹⁰, a alusão a autores/as pós-coloniais, relativamente escassa na década de 1990, se amplia a partir da metade da década de 2000. Essas referências estão presentes em textos que tratam de diversos trânsitos. Refiro-me a trabalhos que tratam de pensamento feminista, examinando a circulação de teorias formuladas nos países “centrais” e sua relação com teorias “nativas” e as negociações necessárias para a produção de novo conhecimento, ancorado em problemáticas relevantes no Brasil (Beleli, Lopez e Piscitelli, 2003). E também a artigos que tratam de violência e contrabando/*smuggling* de migrantes brasileiras/os (Assis, 2008) e de famílias estrangeiras no Brasil, analisando identidades territoriais na diáspora (Jardim, 2007).

Vários textos remetem ao referencial pós-colonial para aludir à necessidade de pensar nas interseções entre categorias de diferenciação, em trabalhos que não têm necessariamente relação com circulações através de fronteiras nacionais (Braz, 2007). Outros utilizam aspectos para analisar a violência sexual em situações de guerra (Rial, 2007) ou para situar o posicionamento de jornalistas que escrevem sobre violência (Pereira, 2009).

Os demais artigos se concentram em dois conjuntos que analisam as articulações entre gênero, raça e sexualidade. Alguns trabalhos exploram as relações entre raça, sexualidade e gênero em diferentes locais e contextos nacionais (Moutinho e Carrara, 2010), mas parte significativa deles está centrada em aspectos da construção da nação (brasileira) e de seus símbolos. Esse conjunto de textos dialoga intensamente com a produção brasileira sobre relações raciais, uma vasta literatura na qual essas relações são consideradas elemento constitutivo da formação da nação. Essa produção é confrontada em leituras que mostram como não apenas raça, mas sua articulação com gênero e sexualidade participa na ordenação dos discursos construtores da nação. Isso inclui a análise de discursos sobre a mestiçagem centrados na relação entre brancos e índios, na qual a formação da nação dependeu da conquista do mundo selvagem,

9 Vale lembrar que o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, difundido em 2008, elaborado após a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasília, 2007) incorpora o termo interseccionalidade. A conceitualização utilizada segue alguns aspectos da formulação de Crenshaw, porém com algumas especificidades (Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, 2007; Piscitelli, 2012).

10 Nas revistas, o referencial teórico pós-colonial foi intensamente utilizado por autoras/es que trabalham com crítica literária e/ou estudos culturais voltados para a literatura, que não estou contemplando neste texto.

inclusive pela força sexual, justificando que os conquistadores se entregassem às “Evas nativas” (Souza, 2006). E inclui, sobretudo, as discussões sobre outras versões da construção da nação, que concedem destaque às relações entre negros e brancos, enfrentadas a partir da análise dos contatos afetivo sexuais entre essas “raças” (Moutinho, 2004) e na produção de símbolos nacionais como a mulata e o futebol (Corrêa, 1996; de Souza, 1996).

O segundo conjunto de textos trata de raça, gênero, classe e noções sobre nacionalidade em processos de exotização no marco de contatos transnacionais. Esses trabalhos analisam como no marco dos atuais processos migratórios de brasileiros as novas representações sobre o Brasil reelaboram conteúdos sobre o Brasil colonial. E o fazem feminizando o Brasil e sexualizando gênero, em processos relacionados com a história do imperialismo e do colonialismo e com processos mais contemporâneos relacionados à globalização, como o turismo internacional (Pontes, 2004). Nesses textos são analisadas as relações entre corpos femininos e o corpo da nação brasileira, na mídia brasileira e transnacional (Maia, 2012), e se estabelecem conexões entre as configurações de masculinidade de colonizadores e colonizados/as, que tendem a produzir a exotização em torno da mulher e a efeminação do homem colonizado (Beserra, 2007).

Esses artigos também tratam de aspectos da constituição de identidades negras entre integrantes da classe média brasileira, em contextos de mobilidade social (Figueiredo, 2004) e de movimentos de reafricanização, marcados por aspectos transnacionais, analisando, por exemplo, o *brau*, personagem masculino racializado que performa a hipersexualização atribuída a homens negros, em conexão com a cultura *funk-soul* estadunidense e um novo ideal de feminilidade negra, construído em oposição a estereótipos raciais sexuais, como a mulata, a empregada doméstica e a baiana do acarajé (Pinho, 2004).

Os dois conjuntos de textos compartilham o compromisso das perspectivas pós-coloniais com o combate à opressão como elemento que deve ocupar um lugar central na agenda de pesquisa. E vários também compartilham a preocupação das feministas pós-coloniais com as articulações entre gênero, raça e estratificações baseadas em noções de nacionalidade. Entretanto, a incorporação de elementos dessas teorias mostra aspectos sugestivos.

Alguns artigos citam autores pós-coloniais e vinculados aos estudos culturais. Outros citam feministas pós-coloniais e, finalmente, alguns trabalhos combinam uns e outras¹¹. Uma parte dos textos utiliza aspectos secundários da obra desses/

11 Os/as autores/as citados são diversos/as: Paul Gilroy, Anne Stoler, Gayatri Spivak, Inderpal Grewal, Caren Kaplan, Jacqui Alexander, Ella Shohat, Chandra Mohanty; Edward Said, Mary Louise Pratt, Trin Min-ha e, particularmente, Stuart Hall e Anne McLintock.

as autores/as. A definição de literatura de Edward Said, por exemplo, para justificar o trabalho com esse recorte. Outros/as autores/as trabalham com conceitos importantes dessas perspectivas (hibridismo¹², contradiscursos diaspóricos) para desafiar teorias que homogeneizam a cultura e compreender as configurações raciais do presente, explorando as linhas de poder que atravessam cenários locais e globais, em relações marcadas pela transnacionalização. Nesses trabalhos, a crítica ao processo de reprodução de conhecimento científico que trata os processos de transformação nas sociedades “não ocidentais” a partir de suas relações com o que se denominou “centro” (Costa, 2006) está centrada no conhecimento sobre relações raciais e mestiçagem no Brasil produzido por “nativos” e brasilianistas. Nessa leitura crítica são traçadas singularidades “nacionais”. Laura Moutinho (2004), na base do material trabalhado para analisar relacionamentos sexuais e casamentos inter-raciais, considera que classe no Brasil parece ser o modo no qual a raça é vivida, diferentemente da observação de Hall em relação ao Reino Unido, onde raça seria o modo no qual é vivida a classe.

Esses textos “aproveitam” elementos de teorias pós-coloniais, da antropologia clássica, de abordagens antropológicas mais recentes e eventualmente de outras disciplinas. Não se trata necessariamente de um desafio à construção do pensamento moderno europeu, mas de uma crítica à reelaboração desse pensamento (e de seus efeitos nas “minorias”) sobre o Brasil e no Brasil. Refiro-me aos pensadores que analisaram as relações raciais no Brasil em diferentes momentos, finais do século XIX e em diferentes décadas do século XX. Nessa crítica “convivem”, citados quase de maneira equivalente, representantes de diversas tradições antropológicas, inglesa e francesa, com antropólogos portugueses, feministas pós-coloniais e brasileiras, “modernos” e pós-estruturalistas.

Longe de mostrar um interesse por uma linha teórica “pura”, esses artigos misturam elementos criados em diversas perspectivas. A antropologia brasileira tem uma tradição de fazer antropologia “em casa”. Diferentemente de outros países com uma longa prática de estudar os “outros” em lugares distantes e, geralmente, subalternos, no Brasil ainda são relativamente poucos os estudos antropológicos realizados no exterior – o que não livra essa antropologia, claro, de produzir exotizações internas. Nesse marco, os referenciais teóricos pós-coloniais parecem adquirir sentido ao desafiar as definições de cultura nacional, com raízes coloniais formuladas em e sobre o Brasil e para compreender

12 Seguindo Stuart Hall na argumentação de que na era da globalização, para os que vivem nas novas diásporas, é inevitável renunciar ao sonho de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural perdida ou de absolutismo étnico.

como os processos de transnacionalização afetam identificações marcadas por gênero, raça, classe, sexualidade, regionalidade e/ou nacionalidade, no Brasil e em contextos migratórios no exterior. Entretanto, a perspectiva centrada nas mulheres, presente nos textos que utilizam referenciais teóricos pós-coloniais para discutir feminismos, se dilui em alguns desses artigos. Apesar de trabalhar com interseccionalidades numa abordagem política, em alguns textos o foco não está nos efeitos das relações de poder sobre as mulheres: as posições (diferenciadas) de homens, mulheres e portadores de outras categorias de “identidades” de gênero tendem a ser percebidas como efeito dos racismos imperantes no Brasil e no exterior.

Mercados do sexo e teorias pós-coloniais

Os mercados do sexo contemporâneos constituem um importante tema de análise para a crítica pós-colonial. Essa crítica aborda aspectos como: o caráter transnacional desses mercados, produto de uma divisão internacional do trabalho, na qual pessoas, sobretudo mulheres, das regiões pobres do mundo conformam uma força de trabalho extremamente desprotegida (Spivak, 1988); as noções de exotismo ancoradas no passado colonial que permeiam os movimentos de atravessar as fronteiras para consumir ou vender sexo (Kempadoo, 2000); a subalternização dessas mulheres e suas possibilidades de agência/*agency* (McKlintock, 1993)¹³ e o caráter dos discursos feministas que analisam esses mercados¹⁴ (Kempadoo e Doezema, 1998; Kempadoo, 2005; Doezema, 2001).

Nas revistas, os trabalhos sobre os mercados do sexo, presentes na década de 1990, se ampliam nas décadas seguintes. Nos anos 1990, trabalhos escritos predominantemente por antropólogas trataram da prostituição de rua, tomando como referência a atividade desenvolvida por mulheres e por adolescentes

13 Em 1993, McKlintock organizou uma seção especial do periódico acadêmico *Social Text* dedicada ao comércio sexual, que incluiu ensaios escritos por trabalhadoras sexuais, um procedimento considerado como uma ação política radical, pois pressupõe a legitimidade das ações das prostitutas. Esses textos, discutindo políticas de *agency*, de representação e do estabelecimento de alianças, desafiam o estigma vinculado à prostituição.

14 Em finais da década de 1990 foi publicada outra coletânea notável, *Global Sex Workers*, organizada por Kamala Kempadoo, uma acadêmica, e por Jô Doezema, que nesse momento era uma trabalhadora sexual. O livro aprofunda o conceito de trabalho sexual e os aspectos legais vinculados a ele, prestando atenção à posição das trabalhadoras do sexo dos países do terceiro mundo nos mercados transnacionais do sexo num mundo globalizado. Os textos consideram o racismo presente nas estruturas e nos desejos que organizam indústrias do sexo e no imperialismo cultural que permeia os discursos internacionais sobre prostituição. E, situando-se no marco do pensamento feminista, desafiam as perspectivas, também feministas, que percebem as trabalhadoras do sexo como vítimas passivas da violência sexual.

que moram na rua nas regiões centrais de Porto Alegre (Fonseca, 1996), São Paulo (Pasini, 2000) e Campinas (Franguella, 2000). A esses textos somam-se um par de artigos sobre turismo sexual em Salvador (Filho, 1996), explorando a maneira como essa problemática é tratada na mídia (Piscitelli, 1996).

A maior parte desses textos está baseada em etnografias. Neles são delineadas relações entre a vida na “batalha” e fora dela, são consideradas eventuais relações com a Aids, se explora como opera o estigma na vida das prostitutas e se analisa o efeito positivo das ações de organizações de prostitutas na diminuição da violência policial. Esses artigos também mostram preocupações pelos aspectos laborais, estabelecendo pontos de contato entre a prostituição e outras ocupações fora dos mercados do sexo, também no setor informal. Nesse sentido, embora não defendam a ideia de prostituição como trabalho, situam essa atividade no contexto da ampla precariedade laboral no Brasil.

Um dos aspectos interessantes dos artigos sobre mercados do sexo publicados na década de 1990 é que parecem desvinculados da discussão feminista sobre prostituição anglo-saxã, no marco do intenso debate sobre sexualidade (*sex wars*) desenvolvido nos Estados Unidos em finais da década de 1980 (Friedman, 1990). Nesses anos, os artigos sobre essa problemática publicados nas revistas, que não dialogam com essa discussão, consideram as relações de poder presentes em contextos de prostituição e turismo sexual, prestando séria atenção às margens de *agency* de mulheres e adolescentes.

Na década de 2000, os textos publicados nesses periódicos aumentam significativamente, num contexto marcado pela pressão de diferentes movimentos sociais (de homossexuais, travestis, transgêneros e de organizações de prostitutas) e por um debate público que manifesta uma séria preocupação pela maneira como a transnacionalização dos mercados do sexo afeta o Brasil, particularmente no que se refere ao turismo sexual e ao tráfico internacional de seres humanos.

Nesse momento, ecos indiretos do debate feminista sobre sexualidade, pornografia e prostituição marcam presença em textos de autores que trabalham em outros países (Espanha, México), considerando as motivações dos clientes de prostituição (Suarez e Freire, 2010) e o tráfico de pessoas com fins de exploração sexual (Acharya y Stevanato, 2005). Na produção antropológica que discute essas problemáticas realizada no Brasil, porém, adquirem força perspectivas feministas afinadas com leituras pós-coloniais, principalmente as de Kamala Kempadoo (2005).

São artigos que discutem representações sociais da prostituição e sua relação com a prevenção da Aids no Brasil (Guimarães e Merchán Hamman, 2005)

e analisam as relações entre violência e erotismo tomando como referência o material vendido em *sex shops* alternativos (Gregori, 2003). Ao mesmo tempo, aumentam as análises que tratam aspectos do envolvimento de pessoas brasileiras nos mercados sexuais, situando-os num marco transnacional, analisando o turismo sexual heterossexual (Piscitelli 2002; 2005; Silva e Blanchette, 2005), a circulação de mulheres (Pasini, 2005; Piscitelli, 2013) e de travestis (Pelucio, 2005; Teixeira, 2008) que exercem a prostituição ou trabalham como dançarinas exóticas (Maia, 2010).

Nesse conjunto de trabalhos, as perspectivas são diversificadas. Vários desses artigos dialogam com autores vinculados à crítica pós-colonial e com feministas pós-coloniais. Frantz Fanon e Mahmood Mamdani são citados na análise da ideia de alteridade presente no turismo sexual no Rio de Janeiro, cidade vista pelos estrangeiros como imperfeita em relação à “normalidade” representada pelos seus lugares de origem e como “não ocidental” e “não branca”, situada, portanto, no universo da sensualidade e das emoções e não no âmbito das ideias e da razão. Chandra Mohanty é evocada para problematizar a percepção das mulheres “não ocidentais” como incapazes e infantis em discussões sobre prostitutas brasileiras na Espanha (Mayorga, 2011). Avtar Brah e Stuart Hall oferecem ferramentas teóricas para pensar na construção da identidade entre latino-americanas que trabalham na indústria do sexo no exterior, e há diálogos com Kamala Kempadoo discutindo a noção de exotização e os mitos de igualitarismo presentes nos países “ricos”, que atraem migrantes de regiões pobres para trabalhar nos mercados do sexo, e como essas noções estão presentes no âmbito do pornô bizarro no Brasil (Diaz Benitez, 2012). Finalmente, Anne McLintock alimenta as discussões sobre a natureza do trabalho sexual e sobre a relevância de considerar a interseção entre categorias de diferenciação para tratar das relações de poder formadas e reguladas pela sexualidade.

Parte significativa dos textos sobre mercados do sexo escritos no Brasil na década de 2000, porém, não cita feministas pós-coloniais ou transnacionais, mas incorpora suas ideias através da leitura realizada por autoras brasileiras. Assim, citando produção realizada no país, alguns textos examinam a atualização de noções imperiais que atravessam o comércio sexual transnacional e o jogo de relativa incorporação e manipulação dessas ideias por parte das pessoas que oferecem serviços sexuais, na tentativa de deslocar-se de lugares subordinados. E vários desses textos seguem indiretamente formulações de feministas pós-coloniais, afirmando a relevância de considerar a prostituição como trabalho e rejeitando a fusão entre noções de prostituição e tráfico de mulheres.

Conclusão

Este texto, que lê apenas parte da produção feminista e sobre gênero realizada no Brasil, tem por objetivo contribuir na compreensão das críticas pós-coloniais, mostrando aspectos da circulação de autoras vinculadas a essas perspectivas, de mediações nessa circulação e de particularidades dessas traduções. Um dos pontos levantados a partir dessa leitura é a dificuldade de categorizar as pessoas que agem como mediadoras nos trânsitos dessas teorias. Etiquetas como as de feministas “em trânsito”, produção “nativa” ou “estrangeira” são claramente inadequadas. Entretanto, há diferenças na produção e também na aceitação das autoras que realizam esforços para considerar os trabalhos realizados no país.

Um segundo ponto está vinculado à maneira como são incorporados aspectos das críticas pós-coloniais e particularmente os feminismos pós-coloniais. Refiro-me, em primeiro lugar, à sua utilização para pensar em problemas que, em diferentes momentos, aparecem como cruciais para o feminismo e para a produção sobre gênero no Brasil. E, em segundo lugar, considero o fato de que parte significativa desse referencial é absorvida a partir de “traduções” realizadas por autoras que trabalham no Brasil

Finalizo reiterando o caráter parcial e preliminar deste texto e chamando a atenção para a importância de novas leituras das revistas que conformam o campo, seguindo diferentes caminhos. O que revelaria, por exemplo, um percurso que seguisse as influências mais marcantes de autoras/es brasileiras/os e estrangeiras/as nos textos antropológicos sobre feminismos e gênero realizados no Brasil?

Referências

- ACHARYA, Arun Kumar e STEVANATO, Adriana Salas. Violencia y tráfico de mujeres en México: una perspectiva de género, *Estudos Feministas* 13(3), 2005, pp. 507-525.
- ADELMAN, Miriam. Feminismo e pós-colonialidade: algumas reflexões a partir da teoria social e da literatura. In: WOLFE, Cristina Scheibe; FABERI, Marlene de e RAMOS, Tânia Regina Oliveira: *Leituras em rede, gênero e preconceito*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2007, pp. 391-415.
- ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. Entre nós as mulheres, elas as Patroas e elas as Empregadas. In ALMEIDA et al. *Colcha de retalhos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira: A fronteira México-Estados Unidos: entre o sonho e o pesadelo – As experiências de migrantes em viagens não autorizadas no mundo global. *cadernos pagu* 31, “Trânsitos”, 2008, pp. 219-250.

- AZEREDO, Sandra. Gênero e a diferença que ele faz na pesquisa em psicologia. *cadernos pagu* 11, “Trajetórias do gênero, masculinidades...”, 1998, pp. 55-66.
- AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Estudos Feministas* n. esp., 2004, pp. 203-216.
- BACCHETTA, Paola; CAMPT, Tina; GREWAL, Inderpal; KAPLAN, Caren; MOALLEN, Mino e TERRY, Jennifer: Por uma prática feminista transnacional contra a guerra. *Estudos Feministas* 9(2), 2001, pp. 353-358.
- BACELAR, J. A. *A família da prostituta*. São Paulo/Salvador, Ática/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismo revisitados. *Estudos Feministas* 3, 1995, pp. 458-463.
- BELELI, Iara, LOPES, Maria Margaret e PISCITELLI, Adriana. cadernos pagu, contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. *Estudos Feministas* 11(1), 2003, pp. 242-246.
- BELL, Vicki. Memória histórica, movimentos globais e violência. Uma conversa entre Paul Gilroy e Arjun Appadurai. *cadernos pagu* 16, “Desdobramentos do feminismo”, 2001, pp. 289-319.
- BESERRA, Bernardete. Sob a sombra de Carmen Miranda e do carnaval: brasileiras em Los Angeles. *cadernos pagu* 28, “Quereres”, 2007, pp. 313-314.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *cadernos pagu* 26, “Diferenças em jogo”, 2006, pp. 329-377.
- BRAZ, Camilo Albuquerque de. Macho versus Macho: um olhar antropológico sobre práticas homoeróticas entre homens em São Paulo. *cadernos pagu* 28, “Quereres”, 2007, pp. 175-207.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Estudos Feministas* 8(2), 2000, pp. 91-108.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *Estudos Feministas* 3(2), 1995, pp. 544-552.
- CASTRO, Mary. Gênero e poder. Leituras transculturais – Quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes. *cadernos pagu* 16, “Desdobramentos do feminismo”, 2001, pp. 49-79.
- CHAMBERS, Claire e WATKINS, Susan. Postcolonial feminism?. *The Journal of Commonwealth Literature* 47(3), 2012, pp. 297-301.
- CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *cadernos pagu* 16, “Desdobramentos do feminismo”, 2001, pp. 13-30.
- CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *cadernos pagu* 6/7, “Raça e gênero”, 1996, pp. 35-51.

- CORRÊA, Mariza. Mulher e família: um debate sobre a literatura recente. In: ANPOCS, *BIB, o que se deve ler em ciências sociais no Brasil*, São Paulo, Cortez/ANPOCS, 1986-1990 (1984) (edição englobando *BIB* de n. 15 a n. 19).
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil). In: ALMEIDA et al. *Colcha de retalhos, estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- COSTA, Albertina de Oliveira. O campo de estudos de gênero e suas duas revistas: uma pauta de pesquisa. *Estudos Feministas* 16(1), 2008, pp. 131-132.
- COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- COSTA, Claudia de Lima. As publicações feministas e a política transnacional de tradução: reflexões do campo. *Estudos Feministas* 11(1), 2003, pp. 254-265.
- COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo, revisitando os debates. *cadernos pagu* 19, "Crônicas profanas", 2002, pp. 59-90.
- COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. *cadernos pagu* 11, "Trajetórias do gênero, masculinidades...", 1998.
- COSTA, Claudia de Lima. O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *cadernos pagu* 2, "Sedução, tradição, transgressão", 1994, pp. 141-175.
- COSTA, Claudia de Lima e DINIZ, Alai Garcia. Entrevista Mary Louise Pratt. *Estudos Feministas* 7(1/2), 1999.
- COSTA, Sérgio: Desprovincializando a sociologia. A contribuição pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 21(60), 2006, pp. 117-183.
- CRANE, Diana. The gatekeepers of science, some factors affecting the selection of articles for scientific journals. *The American Sociologist*, nov. 1967, pp. 195-201.
- DIAZ BENITEZ, Maria Elvira: sexo com animais como prática extrema no pornô bizarro. *cadernos pagu* 38, 2012, pp. 241-279.
- DI GIOVANNI, Rosângela. Projetos de vida: um estudo das representações femininas do aborto. Dissertação de mestrado, IFCH, Unicamp, 1983.
- DINIZ, Debora e FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil, uma análise da revista *Estudos Feministas*. *Estudos Feministas* 12, n° esp., 2004.
- DOEZEMA, Jô: "Ouch! Western Feminists". "Wounded Attachments" to the "Third World Prostitute". *Feminist Review* 67, 2001, pp. 16-38.
- FIGUEIREDO, Angela. Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. *cadernos pagu* 23, "Cara, cor, corpo", 2004, pp. 199-229.
- FILHO, Antônio Jonas Dias de. As mulatas que não estão no mapa. *Cadernos Pagu* 6, "Raça e gênero", 1996, pp. 51-67.

- FONSECA, Claudia. A dupla carreira de mulher prostituta. *Estudos Feministas* 7, 1996, pp. 7-33.
- FRANGUELLA, Simone. Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua. *Cadernos Pagu* 14, "Corporificando gênero", 2000, pp. 201-135.
- FRIEDMAN, Estelle e THORNE, Barrie. Introduction to the feminist sexuality debates. *Signs* 10(11), 1984, pp. 102-135.
- FRY, P. H. *Para inglês ver: identidade e cultura na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa. Prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- GIACOMINI, Sonia. Beleza mulata e beleza negra. *Estudos Feministas*, n. esp., 2º sem. 1994, pp. 217-227.
- GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. *BIB*, Rio de Janeiro, 28, 2º sem. 1989, pp. 1-112.
- GOMES, Nilma. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade, *cadernos pagu* 5/6, "Raça e gênero", 1996, pp. 67-82.
- GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. *cadernos pagu* 20, "Erotismo: prazer, perigo", 2003, pp. 87-121.
- GREGORI, Maria Filomena. Estudos de Gênero no Brasil: comentários críticos. In: Sérgio Miceli. (Org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999, v. 1, p. 223-235
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas, um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- GROSSI, Miriam. Discours sur les femmes battues: représentations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado, Universidade de Paris V, 1988.
- GRUPO DAVIDA. Prostitutas, "traficadas" e pãnicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o tráfico de seres humanos. *cadernos pagu* 25, "Mercado do sexo", 2005, pp. 153-185.
- GUIMARÃES, Katia e MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Estudos Feministas* 13(3), 2005, pp. 525-543.
- HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Brasília, Ed. Sumaré/ANPOCS/CAPES, 1999.

- HEILBORN, Maria Luiza e BARBOSA, Regina. Sexuality Research Training in Brazil. In: DI MAURO, Herdt e PARKER, Richard. *Handobook of Sexuality Training Initiatives*. New York, Social Science Research Council, 2003.
- HEILBORN, Maria Luiza. Visão de mundo e *ethos* em camadas médias suburbanas. *Anuário Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1984, p. 88-99.
- HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Estudos Feministas* 17(1), jan.-abr. 2009, pp. 215-241.
- JARDIM, Denise Fagundes. Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: experiências identitárias e aduaneiras. *cadernos pagu* 29, “Repensando relações familiares”, 2007, pp. 193-225.
- KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *cadernos pagu* 25, “Mercado do sexo”, 2005, pp. 55-79.
- KEMPADOO, Kamala. Gender, Race and Sex: Exoticism in the Caribbean. In: *I Simpósio Internacional: O Desafio da Diferença*. Bahia, 2000.
- KEMPADOO, Kamala e DOEZEMA, Jô. *Global Sex Workers. Rights, Resistance, and Redefinition*. New York, Routledge, 1998.
- KOFES, Maria Suely: Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas, in: ALMEIDA et al. *Colcha de retalhos, estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LOPES, Maria Margaret e PISCITELLI, Adriana. Revistas científicas e a constituição do campo dos estudos de gênero: um olhar desde as margens (em colaboração com Maria Margaret Lopes). *Estudos Feministas* 12, set.-dez. 2004, pp. 115-122.
- MACRAE, Edward. O militante homossexual no Brasil da abertura. Tese de Doutorado, Ciência Social e Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 1986.
- MACKINNON, Catherine. Marxism, feminism and the State: toward feminist jurisprudence. *Signs* 7(5), 1982, pp. 515-544.
- MAIA, Susana. Sedução e identidade nacional: dançarinas eróticas brasileiras no Queens, Nova York. *Estudos Feministas* 17(3), 2009, pp. 769-797.
- MAIA, Susana. Identificando a branquidade inominada: corpo, raça e nação nas representações sobre Gisele Bündchen na mídia transnacional. *cadernos pagu* 38, 2012, pp. 309-341.
- MALUF, Sônia Weidner: Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. *Estudos Feministas* 12, n. esp., 2004, pp. 235-245.
- MALUF, Sônia Weidner e COSTA, Claudia Lima. Feminismo fora do centro, entrevista com Ella Shohat. *Estudos Feministas* 9(1), 2001, pp. 147-163.
- MAYORGA, Claudia. Cruzando fronteiras. Prostituição e migração. *cadernos pagu* 37, 2011, pp. 323-355.

- MAZZARIOL, Regina. “Mal necessário”: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. Dissertação de mestrado, PPGAS, Unicamp, 1976.
- MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial. Raça, travestismo e o culto da domesticidade. *cadernos pagu* 20, “Erotismo: prazer, perigo”, 2003, pp. 7-85.
- MCKLINTOCK, Anne. Sex Workers and Sex Work. Social Text, n° 37. A Special Section Edited by Anne McKlinton Explores the Sex Trade, Winter, 1993.
- MCCLINTOCK, Anne. The Angel of Progress: Pitfalls of the Term “Post-Colonialism”, Social Text, n° 31/32, Third World and PostColonial Issues, 1992, pp. 84-98.
- MELONI, Mariana. Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher. *cadernos pagu* 21, “Olhares alternativos”, 2003, pp. 103-131.
- MISKOLCI, Richard e SIMÕES, Julio. Apresentação. *cadernos pagu* 28, “Quereres”, 2007, pp. 9-18.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes. In: MOHANTY, Chandra Talpade, RUSSO, Ann e TORRES, Lourdes. *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington, Indiana University Press, 1991, pp. 51-81.
- MORAES, Maria Lygia Quartim. *Marxismo e feminismo no Brasil*. Campinas, Ed. IFHC, Unicamp, 1996.
- MOORE-GILBERT, Bart. *Postcolonial Theory, Contexts, Practices, Politics*. London, Verso, 1997.
- MOUTINHO, Laura. “Raça”, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma compração entre Brasil e África do Sul. *cadernos pagu* 23, “Cara, cor, corpo”, 2004, pp. 55-88.
- MOUTINHO, Laura e CARRARA, Sérgio. Apresentação ao dossiê raça e sexualidade em diferentes contextos nacionais. *cadernos pagu* 35, 2010, pp. 9-35.
- MUFTI, Aamir e SHOHAT, Ella. Introduction. In: MCKLINTOCK, Anne, MUFTI, Aamir e SHOHAT, Ella (Eds.). *Dangerous Liasons, Gender, Nation and Postcolonial Perspectives*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1997.
- PASINI, Elisiane. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. *cadernos pagu* 14, “Corporificando gênero”, 2000, pp. 181-201.
- PASINI, Elisiane. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. *cadernos pagu* 25, “Mercado do sexo”, 2005, pp. 185-217.
- PASINI, Elisiane. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. *cadernos pagu* 14, “Corporificando gênero”, 2000, pp. 181-201.
- PELUCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti. *cadernos pagu* 25, “Mercado do sexo”, 2005, pp. 217-249.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. *Estudos Feministas* 17(2), ago. 2009, pp. 485-505.

- PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PINHO, Osmundo de Araújo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. *cadernos pagu* 23, “Cara, cor, corpo”, 2004, pp. 89-121.
- PISCITELLI, Adriana. Viagens e sexo on-line: a internet na geografia do turismo sexual. *cadernos pagu* 25, “Mercado do sexo”, 2005, pp. 281-327.
- PISCITELLI, Adriana. Exotismo e autenticidade, relatos de viajantes à procura de sexo. *cadernos pagu* 19, “Crônicas profanas”, 2002, pp. 195-233.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, direitos humanos e vítimas. In: MILSKOLCI, Richard e PELÚCIO, Larissa (Orgs.). *Discursos fora da ordem. Sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo, FAPESP/Annablume, 2012, pp. 199-227.
- PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical. Comentários sobre gênero, “raça” e outras categorias de diferenciação social em alguns textos da mídia brasileira. *cadernos pagu* 6/7, “Raça e gênero”, 1996.
- PISCITELLI, Adriana. Histórias que as histórias de amor contam: mulheres, rebeldia e casamentos. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Rebeldia e submissão. Estudos sobre a condição feminina*. São Paulo, Vértice, 1989.
- PONTES, Heloisa. Do palco aos bastidores. O SOS Mulher e as práticas feministas contemporâneas. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1986.
- PONTES, Luciana. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *cadernos pagu* 23, “Cara, cor, corpo”, 2004, pp. 229-257.
- RIAL, Carmem. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. *Estudos Feministas* 15(1), jan.-abr. 2007, pp. 107-122.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Estudos Feministas* 16(3), set.-dez. 2008, pp. 987-1004.
- SANTOS, Maria Cecília Mac Dowell. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa “não-inocente” com Donna Haraway. *cadernos pagu* 5, “Situando diferenças”, 1995, pp. 43-72.
- SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *cadernos pagu* 16, “Desdobramentos do feminismo”, 2001.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulheres re-escrevendo a nação. *Estudos Feministas* 8, 1º sem. 2000, pp. 84-96.
- SCHMIDT, Simone Pereira. Como e por que somos feministas. *Estudos Feministas* 12, n. esp., 2004, pp. 17-22.
- SCHMIDT, Simone Pereira. A seção *Debates em revista*: práticas feministas de tradução. *Estudos Feministas* 16(1) [online], 2008, pp. 117-122.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Brasília 2008;

- disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_PNPM.pdf>; acesso em jan. 2011.
- SHOHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno de identidade, *cadernos pagu* 23, “Cara, cor, corpo”, 2004, pp. 11-55.
- SHOHAT, Ella. A vinda para América, reflexões sobre a perda de cabelos e de memória. *Estudos Feministas* 10(1), 2002, pp. 99-116.
- SILVA, Alice I. de O: Abelhinhas numa diligente colméia: domesticidade e imaginário feminino na década de cinquenta. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Rebelião e submissão. Estudos sobre a condição feminina*. São Paulo, Vértice, 1989.
- SILVA, Anna Paula e BLANCHETTE, Thaddeus. “Nossa Senhora da Help”: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. *cadernos pagu*, 25, “Mercado do sexo”, 2005, pp. 249-281.
- SILVA, Denise Ferreira da. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. *Estudos Feministas* 14(1), jan.-abr. 2006, pp. 61-83.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty: Three women’s texts and a critique of imperialism. *Critical Inquiry* 12(1), out. 1985, pp. 243-261.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary e GROSSBERG, Lawrence. *Marxism and the Interpretation of Culture*. London, McMillan, 1988, pp. 271-313.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Literatura. *cadernos pagu* 19, “Crônicas profanas”, 2002, pp. 9-55.
- SOUZA, Candice Vidal de. Brasileiros e brasileiras, gênero, raça e espaço para a construção da nacionalidade em Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr. *cadernos pagu* 6/7, “Raça e gênero”, 1996, pp. 83-108.
- SOUZA, Marcos Alves de. Gênero e raça: a nação construída pelo futebol brasileiro. *Cadernos Pagu* 6/7, “Raça e gênero”, 1996, pp. 109-153.
- STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada (sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo). In: ALMEIDA et al. *Colcha de retalhos, estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- SUAREZ, Agueda Gómez e FREIRE, Silvia Pérez. Prostitución en Galicia: clientes e imaginarios femeninos. *Estudos Feministas* 18(1), 2010, pp. 121-140
- TEIXEIRA, Flávia. L’Italia dei Divieti: entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição. *cadernos pagu* 31, “Trânsitos”, 2008, pp. 275-308.
- THAYER, Millie. Feminismos viajantes: da mulher/corpo à cidadania de gênero. *Cadernos Pagu* 12, “Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX”, 1999, pp. 203-249.
- VELHO, Lea. A ciência e seu público. *Transinformação* 9(3), set.-dez. 1997, p. 15-32.

VESSURI, H. M. C. La revista científica periférica. El caso de Acta Científica Venezolana. *INTERCIENCIA* 12(3), maio-jun. 1987, pp. 124-134.

Recebido em: 16/04/2013

Aceito em: 04/06/2013

Como citar este artigo:

PISCITELLI, Adriana. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 377-404.